

O tema do STF de número 416 trata sobre a Forma de pagamento de débito originado de erro no cálculo das verbas a serem repassadas pela União a título de complementação do FUNDEF. O tema do STF de número 416 afirma que a complementação ao FUNDEF realizada a partir do valor mínimo anual por aluno fixada em desacordo com a média nacional impõe à União o dever de suplementação de recursos. Sendo tal obrigação imposta por título executivo judicial, aplicase a sistemática dos precatórios nos termos do art. 709 da Constituição Federal.